

## ATA SEI



### SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

#### **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA - Serra Dona Francisca, realizada em 08/08/2023.**

No oitavo dia, do mês de agosto, do ano dois mil e vinte e três, às dezoito horas e dez minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - mandato de 01/01/2022 à 31/12/2023, conforme [Decreto nº 45.022, de 20 de dezembro de 2021](#), e suas alterações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Gestor da APA; Diego Soares, da SECULT; Ademir Sgrott, da AJM; Luiz Carlos Moreira da Maia, da SDE.UDR; Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA, Carla Caroline Correia, da SAMA; Gabriel Klein Wolfart, do SINDPEDRAS; Alcides Bergmann, da AJAq; Marli Fleith Sacavem, da AMEM; Daniel Resende Corrêa, do IMA – SC; Tarciso Jannig, da ATERJ; Hector Silvio Haverroth, da EPAGRI; Marieli Ciola Kapfenberger, da SAS; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Jacson Gil Carneiro, da ACEF; Daiane Paul Nunes, da CAJ; João Paulo Freisleben, da APIVILLE; Jonas Pykocz, da SEINFRA-Sub Pirabeiraba; e, Ruy Florêncio Teixeira Junior, da PM-Ambiental. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Karina Hübener Fischer, da APROÁGUA; Anderson Krenkel, Visitante; Wagner Vogel, da CELESC; Dieter Klostermann, da AEA – Babitonga; Rodrigo de Souza, da Hübener; Marcos Delavi, da Hübener; e, Nivaldo Sacavem, da AMEM. Na

reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata Reunião 27/06/2023; **2)** Danos Ciclone Extratropical Julho/2023, CELESC; **3)** Apresentação Turismo Rural, SECULT; **4)** Relatório de Fiscalizações, SAMA.UNF; **5)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre; **5.1)** Índice Qualidade Água (IQA), CAJ; **5.2)** Desassoreamento Rios da APA, Hübener; **5.3)** AEA Babitonga - Crédito Rural APA; **5.4)** AMEM: Vida Útil, Localização e Zoneamentos - PMM Plano Mineração; e, **5.5)** Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento. **Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 27/06/2023:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cumprimentou e deu boas-vindas a todos, questionando se os Conselheiros receberam a Ata da Reunião Ordinária, e se teriam alguma consideração a fazer, ao que o Conselheiro Alcides, da AJAq manifesta não ter recebido a Ata. O Secretário do Conselho, José Neto comunica que será verificado se o e-mail do Conselheiro está devidamente registrado no sistema e, sem mais manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco coloca a Ata em votação, sendo aprovada por maioria dos votos dos Conselheiros, registradas quatro abstenções. **Pauta 2) Danos Ciclone Extratropical - Julho/2023, CELESC:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cede a palavra ao Sr. Wagner Vogel, Gerente Regional da CELESC, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua fala informando que a Regional da CELESC em questão atende seis municípios, incluindo Joinville e é a maior Regional em densidade populacional e a terceira maior em densidade de unidades consumidoras, mesmo compreendendo apenas 2,85% da área de concessão da CELESC. Wagner ressaltou também que a regional possui 355mil Unidades Consumidoras, sendo aproximadamente 250mil apenas de Joinville, possui uma força de trabalho de 250 funcionários próprios e mais 250 terceirizados. Wagner também comentou que a CELESC foi informada no início do mês de Julho acerca do ciclone que estava previsto para atingir principalmente a região Sul de Santa Catarina, o Estado do Rio Grande do Sul, como um todo e o Uruguai, sem a perspectiva de grandes danos a nossa região, ao Norte do Estado, contudo, no dia 11 de julho, dia da ocorrência do ciclone, o mesmo avançou com intensidade e atingiu a nossa região entre a madrugada do dia 11 e a tarde do dia 12. Wagner informa que, após o ciclone, a CELESC percebeu um grande impacto no sistema elétrico da região, com muitas unidades consumidoras sem energia, tendo localidades que ficaram entre quatro e cinco dias sem energia elétrica. Demonstrou mapas com marcações de localidades com ocorrências efetivamente atendidas durante os cinco primeiros dias após o ciclone, dias esses considerados atípicos e que colocaram a CELESC em regime de contingência, tendo sido convocada toda a força de trabalho disponível para o serviço de manutenção da rede, possibilitando uma resposta rápida. Wagner informou também que foram atendidas nesse período 2800(duas mil e oitocentas) ocorrências na região, das quais 203 envolveram postes danificados que precisaram ser reparados, apresentando imagens de algumas manutenções do município, como imagens de postes que foram protegidos pela população, que colocou bloqueios para evitar a queda dos postes. Wagner alertou para população não interferir na rede elétrica nessas situações, pois, se a rede estiver energizada, os cidadãos podem se colocar em situação de risco. A Conselheira Marli Sacaven, da AMEM comenta que é Presidente da Associação de Moradores do seu bairro e que, durante esse período, as pessoas começaram a cortar galhos de árvores que tinham se enroscado na rede mesmo com ela informando que o ideal seria esperar uma equipe técnica avaliar a situação e realizar a remoção com segurança, sugerindo que a CELESC pense em formas de informar a população sobre os procedimentos que devem ser tomados nessas situações, no que Wagner concorda, dizendo que a CELESC segue reforçando mais essas recomendações nas mídias, além de relatar que a CELESC recebeu um número muito maior de chamados do que ocorrências nesse período e, como a Companhia realizou as manutenções por ordem de prioridade iniciando por serviços essenciais, consumidores com problemas graves de saúde que utilizam equipamentos para sobreviver e somente depois as demais localidades. É natural que as pessoas sintam demora na resolução do problema, mas reitera os perigos de se aproximar da rede elétrica e que os cidadãos devem esperar a equipe técnica. Wagner informa também que em situações comuns quando a CELESC recebe um chamado, primeiramente é enviada uma equipe responsável por analisar a extensão dos danos antes de chamar o caminhão com a equipe de manutenção, pois se a equipe de manutenção fosse enviada por primeiro, poderia não estar preparada e com materiais suficientes para realizar os reparos na rede, já em situações atípicas como o ciclone os caminhões já circulam com muitos materiais e postes de vários tamanhos para ir realizando os reparos a medida que encontra os pontos danificados nas áreas que já foram mapeadas, e, em algum momento os caminhões terão de voltar ao almoxarifado para buscar mais materiais. Wagner expõe um trecho da Lei Estadual N° 17.588, que em seu Artigo 1° diz que a faixa de segurança mínima para o plantio de árvores exóticas e outras de grande porte junto às redes de distribuição é de 30 metros, (15 de cada lado a partir do eixo central), expandindo a faixa de proteção em relação à distância atual, que é de 12 metros (seis para cada lado). Informa que essa Lei tem um prazo de execução de oito anos (até o ano de 2026, nesse caso) e, como ainda não foi totalmente aplicada se

mantém aqui na região a Legislação anterior, de 12 metros. Wagner comenta que essa Lei foi criada pensando em regiões mais rurais, com muita plantação de pinos e eucalipto, informando que dentro desse limite de 6 metros de cada lado da rede a CELESC pode apenas realizar a limpeza de mata exótica, porém não de mata nativa, a menos que tenha autorização de corte, o que dificulta a manutenção em áreas rurais com muita mata nativa. Wagner informa que os cidadãos não devem plantar árvores próximas a rede, tanto pelos riscos de situações como do ciclone, em que essas árvores podem cair em cima da rede quanto pela dificuldade na manutenção, além de pedir que os cidadãos realizem o controle da vegetação, impedindo que cresçam árvores próximas à rede, tanto de vegetação exótica quanto nativa. Após encerrar sua fala, Wagner agradece novamente pela oportunidade concedida e se coloca a disposição para responder dúvidas. A Conselheira Marli Sacaven, da AMEM aborda a questão das árvores nativas, comentando que existem várias próximas a rede elétrica na sua residência, indagando sobre a forma que o Conselho poderia auxiliar a CELESC, para que possam ser feitas as remoções dessas árvores, ao que Wagner comenta que já ocorreram casos que as pessoas tentaram pedir autorização para remover árvores nativas próximas a rede e não conseguiram, sugerindo que, se possível, fosse feita uma proposta de Lei que efetuasse a concessão de autorizações nesses casos, comentando também que hoje a CELESC realiza o desbaste, ou seja, retira os galhos próximos da rede sem retirar totalmente a vegetação, o que faz com que de tempos em tempos a CELESC tenha que enviar uma equipe para realizar o desbaste novamente no local, sem contar que essa ação não previne danos a rede em situações como a do ciclone. O Conselheiro Daniel Resende, do IMA informou sobre a existência de uma autorização que concede essa remoção em alguns casos e que talvez pudesse ser utilizada pela CELESC, se comprometendo em procurar e disponibilizar para os demais Conselheiros e para o Sr. Wagner. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se com a situação do ciclone, a CELESC conseguiu mapear áreas de maior risco e que precisem realizar a remoção de árvores próximas à rede, no que Wagner responde que a CELESC ainda está verificando essas questões para definir estratégias de prevenção, reforçando a necessidade de discutir alguma forma de facilitar a remoção dessas árvores próximas à rede elétrica. Encerradas as manifestações e contribuições, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco, agradece ao Sr. Wagner pelas informações e declara a pauta encerrada, passando ao próximo item. **Pauta 3) Apresentação Turismo Rural, SECULT:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco concede a palavra ao Conselheiro Diego Soares, da SECULT, que cumprimenta e todos, e inicia sua fala agradecendo pela oportunidade de apresentar aos demais Conselheiros as últimas iniciativas da SECULT, abordando as participações do município em editais, tendo participado do edital “Experiências Brasil Rural 2021” e ganhado o “Experiências Brasil Rural 2022”. Diego informou que no ano de 2021 foram contempladas 89 propriedades de agricultura familiar da Estrada Dona Francisca com atividades relacionadas às oito cadeias produtivas de interesse do projeto (cerveja, frutos amazônicos, queijo, vinho, cachaça, café, farinha de mandioca e mel), contudo, o município não foi classificado, já no ano de 2022 o município foi inscrito com a produção de cachaça e mel, ficando em primeiro lugar. Diego informou que as etapas do processo duraram aproximadamente um ano, com os roteiros turísticos selecionados sendo inspecionados por uma equipe técnica da Universidade Federal Fluminense. As etapas consistiram no diagnóstico, na capacitação, mentorias, oficinas para a formação de experiências turísticas memoráveis, validação e apoio à comercialização além de que, ao final, houve a visita de Chefs de cozinha que aprenderam sobre os sabores e saberes singulares de cada região, cozinhando junto com Chefes locais. Diego também comentou sobre a classificação do município no edital da “Estratégia DTI Brasil”, em que os municípios selecionados ganham consultoria para criarem planos de transformação e planejam um sistema de gestão de Destinos Turísticos Inteligentes. Informou também que o edital mais recente no qual o município foi selecionado foi o “Edital Vilas Turísticas”, em que os municípios selecionados seriam indicados para a terceira edição do concurso mundial de melhores Vilas Turísticas. Diego diz que o edital é feito pelo Ministério da Cultura, e ser classificado aumenta a visibilidade do município e, conseqüentemente, fomenta o turismo e aumenta a venda de produtos rurais, evitando também o êxodo rural na região. Diego encerra sua fala agradecendo o apoio do Conselho Gestor da APA, da prefeitura, da SAMA e demais entidades que auxiliaram nesses trabalhos com os editais. Os Conselheiros parabenizaram os trabalhos realizados e as merecidas premiações recebidas. Encerradas as manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Relatório de Fiscalizações na APA, SAMA.UNF:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco informa que os Conselheiros que iriam apresentar o relatório de Fiscalizações na APA tiveram um imprevisto e não puderam comparecer a reunião, passando imediatamente para a **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre - Subitem 5.1) Índice Qualidade Água (IQA), CAJ:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco concede a palavra para a Conselheira Daiane Nunes, da CAJ, que inicia sua fala apresentando os dados sobre vazão ecológica do Rio Cubatão e do

Rio Pirai, informando que, no mês de julho, o Rio Cubatão teve uma vazão de 12.344m<sup>3</sup>, enquanto o Rio Pirai teve vazão de 617m<sup>3</sup>, ambas acima da meta prevista, além de o nível da qualidade da água ter sido classificada como Boa no Rio Cubatão, com IQA = 77,6 e classificada Ótima no Rio Pirai, com IQA = 79,70. Daiane comentou também sobre o monitoramento de agrotóxicos na água, que é feito de forma bimestral com o laboratório, e os resultados dos últimos testes mostraram que não há agrotóxicos na água. Daiane também informou o andamento do projeto “Águas Para Sempre”, que conta atualmente com mais quatro termos de adesão assinados e sete manifestos de interesse, dos quais quatro manifestos já estão na etapa de criação dos projetos individuais das propriedades e três estão na etapa de criação do projeto da definição das áreas ideais de conservação da propriedade. Com relação à gestão do programa, Daiane informou que estão em andamento dois processos de compra, um para contratar os projetos e outro para realizar serviços de plantio, cercamento das áreas de preservação, entre outros serviços nas propriedades, além de informar que está sendo elaborado o terceiro edital que está programado para ser lançado no final do mês de agosto. Outro ponto citado por Daiane foi com relação ao pagamento aos proprietários, que seriam efetuados uma vez ao ano, sugerindo que o pagamento seja feito dentro de uma reunião do Conselho Gestor da APA, no dia 26 de setembro, levando em consideração que as propriedades se localizam na APA, questionando se os outros Conselheiros estariam de acordo, no que José Neto informa que a reunião do Conselho de setembro ocorrerá dentro da "Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento", que será nos dias 20 e 21 do mês de setembro, sugerindo que o pagamento seja feito na Conferência e questionando se os Conselheiros concordam. Com a concordância dos Conselheiros, Daiane diz que vai verificar a possibilidade com os proprietários e informar ao Conselho. Daiane encerra sua fala agradecendo a oportunidade e se colocando a disposição para responder dúvidas. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco declara encerrada a apresentação, passando para o próximo subitem da pauta. **Subitem 5.2) Desassoreamento Rios da APA, Hübener:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco concede então a palavra para o Sr. Rodrigo Souza, representante do Britador Hübener, que inicia sua fala informando que foi realizada uma reunião com o Advogado da Empresa Hübener e prepostos da ANM Agência Nacional de Mineração para tratar do assunto do desassoreamento dos rios, a qual se mostrou muito proveitosa, com a ANM garantindo que irão fazer o melhor possível para que o processo de desassoreamento não seja prejudicado, todavia, seria necessário que a Hübener conseguisse uma Licença Ambiental, no que Rodrigo informou sobre as tentativas de se conseguir a devida Licença, e os estudos feitos para dar entrada, com o pedido que foi posteriormente negado. Noutro ponto Rodrigo ressaltou que em relação à utilização dos cascalhos coletados no desassoreamento, que esses recursos estão identificados como outorgados majoritariamente ao Britador Hübener, bem como outros dois trechos outorgados a outra Empresa, e que esses materiais só podem ser utilizados por essas Empresas. Com relação ainda ao licenciamento, Rodrigo explicou a situação da não concessão da Licença Ambiental para a extração, mesmo com a Comunidade, a Defesa Civil e o Conselho Gestor da APA definindo que, como o desassoreamento ocorreria em um trecho de mais ou menos um quilometro, por um curto período de tempo, poderia ser concedida uma Dispensa de Licença Ambiental, relatando que anteriormente foi marcada uma reunião com o Prefeito para tentar resolver a questão, mas sem que se houvesse êxito. Diante dos ocorridos, Rodrigo informou que a Hübener suspendeu suas atividades para evitar sanções, por estar realizando a extração dos materiais sem Licença Ambiental. Rodrigo encerra sua fala, agradecendo a atenção de todos e se colocando a disposição para responder dúvidas. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco informa que irá pautar esse tema para a próxima reunião, de forma que seja especificamente tratado, em razão de sua complexidade, que demandará um tempo maior para se chegar a alguma solução. O Dr. Marcos Delavi, Advogado da Empresa Hübener complementou a fala do Sr. Rodrigo, informando que a Defesa Civil fez um relatório com os pontos que deveriam ser observados para que a empresa continuasse a realizar o desassoreamento, bem como a necessidade do Licenciamento Ambiental e, como a Empresa ainda não conseguiu regularizar essa situação, está sem operar. Dr. Marcos sugere que a SAMA Secretaria de Meio Ambiente emita um documento atestando que não há necessidade de Licença Ambiental para essa atividade, de modo que a Empresa possa voltar a realizar o desassoreamento. Dr. Marcos ressalta a preocupação de que a Hübener seja responsabilizada, caso haja alguma tempestade ou outra questão ambiental que venha a prejudicar os trabalhos já executados naquele trecho. O Conselheiro Manoel Vicente, da Aproágua, protesta contra a demora da administração pública na pacificação de soluções efetivas com relação ao desassoreamento dos rios na região da APA. Demais Conselheiros se posicionaram no sentido que essa matéria já foi deliberada pelo Conselho Gestor da APA, não cabendo mais discussões nesse fórum, haja vista que no ano de 2018 foi criada uma Comissão Técnica que debateu amplamente o tema e concedeu anuência para as ações de desassoreamento. A Conselheira Carla Caroline, da SAMA se responsabilizou em agendar junto a Secretaria de Meio Ambiente

uma reunião entre a SAMA e a Empresa Hübener, com intuito de que sejam esclarecidos os entraves técnicos que impedem a continuidade das ações de desassoreamento, e posteriormente, em Assembléia Extraordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, repassar aos Conselheiros de que forma se dará a continuidade das atividades ora paralisadas. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco agradece as contribuições e reitera que o assunto será pautado em Reunião Extraordinária, declarando os debates sobre a matéria suspensos, passando ao próximo subitem da Pauta. **Subitem 5.3) AEA Babitonga - Crédito Rural APA:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco concede a palavra para o Sr. Dieter Klostermann, da AEA Babitonga, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e informa que vem em nome da sua entidade, trazendo uma solicitação de que seja submetido ao Conselho a aprovação de um pleito em favor dos produtores rurais de Joinville, visando a liberação da área geográfica da APA para que os produtores possam contrair financiamento de crédito rural em benefício de suas atividades laborais, uma vez que, por determinação da Resolução 140/21 do Banco Central, impede-se que seja concedido crédito rural a empreendimentos inseridos total ou parcialmente em áreas de conservação, salvo se a atividade econômica se encontrar em conformidade com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Dieter comenta que muitos produtores da APA não estão conseguindo financiamento de crédito rural mesmo com o atual Plano de Manejo da APA permitindo a realização de atividades agrícolas na unidade de conservação e, por essa razão, a AEA Babitonga faz esse pedido formal de que o Conselho Gestor da APA comunique ao Banco do Brasil que atividades rurais estão permitidas pelo Plano de Manejo para que os produtores possam solicitar financiamentos de crédito rural. Dieter lê então aos Conselheiros o texto do pedido na íntegra feito pela AEA Babitonga. A Conselheira Carla Caroline, da SAMA solicita que o documento seja encaminhado aos Conselheiros, para que possam ser observados os pontos abordados no pedido. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco sugere que a AEA Babitonga, em conjunto com o Conselho, encaminhem referido documento juntamente com um pedido formal ao Banco do Brasil para tentar resolver essa questão. Sem mais manifestações e contribuições, A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco declara encerrado os debates sobre essa matéria, passando para o próximo subitem da Pauta. **Subitem 5.4) AMEM: Vida Útil, Localização e Zoneamentos - PMM Plano Mineração:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco informa ter entrado em contato com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato com a empresa responsável pelo Projeto do Zoneamento, que informou que receberiam ainda no mês de agosto o produto com as informações sobre vida útil, localização e zoneamentos do PMM (Plano Municipal de Mineração) e, após o produto ser submetido a análise, a Empresa irá apresentar os resultados ao Conselho Gestor da APA. Magda Franco conclui se comprometendo em trazer ao Conselho mais informações assim que elas estiverem disponíveis. A Conselheira Marli Sacaven, da AMEM solicita que a empresa forneça, quando possível, os dados sobre a vida útil dessas mineradoras, o zoneamento delas dentro e fora da APA, a quantidade de recursos estimados que ainda existam para minerar na unidade de conservação e sobre as reservas de recursos disponíveis dentro e fora do seu território, além de informações sobre os proprietários e os zoneamentos de cada mineradora. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco declara encerrado o subitem, passando para o último subitem da Pauta. **Subitem 5.5) Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco informa que a Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico terá primeiramente duas palestras de abertura na manhã do dia 20 de setembro, sendo uma delas ministrada pelo Dr. Ricardo Stanziola Vieira, Advogado e Professor da UNIVALI, especialista na área ambiental, que irá abordar os aspectos das mudanças climáticas e da regulamentação envolvendo esse tema, enquanto a outra será ministrada pela Eng<sup>a</sup> Luana Siewert Pretto, ex-Presidente da CAJ, que irá abordar aspectos do saneamento básico relacionadas as mudanças climáticas, enquanto no período da tarde ocorrerão quatro Oficinas Temáticas sendo o primeiro eixo “O papel fundamental da educação ambiental frente aos desafios da crise climáticas”, ministrada pelo Dr. Paulo Ivo, Professor da Univille; o segundo eixo será “Unidades de Conservação: o uso da adaptação baseada em ecossistemas na mitigação dos impactos das mudanças climáticas”, ministrada por Vítor Henrique dos Santos, do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Paranaguá; o terceiro eixo será “O impacto das emergências climáticas na segurança hídrica: enchentes e estiagem”, ministrada por Amanda Carolina de Melo, da CAJ e Mestre na área de Desastres naturais; o quarto eixo será “Drenagem sustentável e seu papel fundamental no enfrentamento dos eventos climáticos extremos”, ministrada por Gracieli Isabella, da SAP, Engenheira Civil pela UDESC e atuante na área da drenagem. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco ressaltou que dessas discussões dos eixos temáticos surgirão às propostas de ações utilizadas para construir a Carta da Conferência de Meio Ambiente e Saneamento Básico, reforçando também a importância de que todos os Conselheiros participem da Conferência, uma vez que são Delegados natos e possuem poder de voto. Magda informa que as inscrições

estão programadas para serem abertas no dia 01 de setembro. Não havendo mais contribuições ou manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Magda Cristina Villanueva Franco agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 20h05min, sendo extraída a presente Ata, assinada pela Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Magda Cristina Villanueva Franco**

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca  
PORTARIA SAMA Nº 004/2023 SEI Nº: 0015522611

**João Victor Galvan**

**José Augusto de Souza Neto**  
UNIDADE DE APOIO AOS CONSELHOS

\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 27/09/2023, às 11:59, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0018175297** e o código CRC **E17DF9E9**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -  
[www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

23.0.003424-1

0018175297v49

0018175297v49